

CADERNO DE PROVAS OBJETIVAS

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABELVU.

- 1 Ao receber este caderno de provas, confira inicialmente se os dados transcritos acima estão corretos e se estão corretamente registrados na sua **Folha de Respostas**. Confira também os dados em cada página numerada deste caderno de provas (desconsidere estas instruções, caso se trate de caderno de provas reserva). Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua **Folha de Respostas**, correspondentes às provas objetivas. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito e(ou) apresente divergência quanto aos dados apresentados, solicite, de imediato, ao(a) aplicador(a) de provas mais próximo(a) que tome as providências necessárias.
- 2 Durante a realização das provas, não se comunique com outros(as) candidatos(as) nem se levante sem autorização de um(a) dos(as) aplicadores(as) de provas.
- 3 Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas — e ao preenchimento da **Folha de Respostas**.
- 4 Ao terminar as provas, chame o(a) aplicador(a) de provas mais próximo(a), devolva-lhe a sua **Folha de Respostas** e deixe o local de provas.
- 5 Nenhuma folha deste caderno pode ser levada para fora, exceto a **Folha de Respostas**, cujo cabeçalho será destacado pelo(a) chefe de sala ao final das provas, para fins de desidentificação.
- 6 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou na **Folha de Respostas** implicará a anulação das suas provas.

OBSERVAÇÕES

- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.
- Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital.



FOLHA DE ROSTO ORIENTATIVA PARA PROVA OBJETIVA

LEIA AS ORIENTAÇÕES COM CALMA E ATENÇÃO!

INSTRUÇÕES GERAIS

- Atenção ao tempo de duração da prova, que já inclui o preenchimento da folha de respostas.
- Cada uma das questões da prova objetiva está vinculada ao comando que imediatamente a antecede e contém orientação necessária para resposta. Para cada questão, existe apenas UMA resposta válida e de acordo com o gabarito.
- Faltando uma hora para o término do simulado, você receberá um *e-mail* para preencher o cartão-resposta, a fim de avaliar sua posição no *ranking*. Basta clicar no botão vermelho de **PREENCHER GABARITO**, que estará no *e-mail*, ou acessar a página de *download* da prova. Você deve fazer o cadastro em nossa plataforma para participar do *ranking*. Não se preocupe: o cadastro é grátis e muito simples de ser realizado.
 - **Se a sua prova for estilo Certo ou Errado (CESPE/CEBRASPE):**
marque o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item ERRADO. Se optar por não responder a uma determinada questão, marque o campo “EM BRANCO”. Lembrando que, neste estilo de banca, uma resposta errada anula uma resposta certa.
Obs.: Se não houver sinalização quanto à prova ser estilo Cespe/Cebraspe, apesar de ser no estilo CERTO e ERRADO, você não terá questões anuladas no cartão-resposta em caso de respostas erradas.
 - **Se a sua prova for estilo Múltipla Escolha:**
marque o campo designado com a letra da alternativa escolhida (A, B, C, D ou E). É preciso responder a todas as questões, pois o sistema não permite o envio do cartão com respostas em branco.
- Uma hora após o encerramento do prazo para preencher o cartão-resposta, você receberá um *e-mail* com o gabarito para conferir seus acertos e erros. Caso você seja aluno da Assinatura Ilimitada, você receberá, com o gabarito, a prova completa comentada – uma vantagem exclusiva para assinantes, com acesso apenas pelo *e-mail* e pelo ambiente do aluno.
- Não serão realizadas correções individuais das provas discursivas.

Em caso de solicitação de recurso para alguma questão, envie para o *e-mail*:

treinodificil_jogofacil@grancursosonline.com.br.

Nossa ouvidoria terá até dois dias úteis para responder à solicitação.

Desejamos uma excelente prova!



FICHA TÉCNICA DO MATERIAL

grancursosonline.com.br

CÓDIGO:

2411011496M

TIPO DE MATERIAL:

Simulado Preparatório

NUMERAÇÃO:

6º Simulado

NOME DO ÓRGÃO:

Superior Tribunal de Justiça

CARGO:

Analista Judiciário – Área Judiciária

MODELO/BANCA:

Cebraspe

EDITAL:

Pós-Edital

DATA DE APLICAÇÃO:

11/2024

ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO:

11/2024

Este material está sujeito a atualizações. O Gran não se responsabiliza por custos de impressão, que deve ser realizada sob responsabilidade exclusiva do aluno.

STJ – SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA – 6º SIMULADO – CARGO 19

ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA: JUDICIÁRIA (PÓS-EDITAL)

Língua Portuguesa

Andréa Cerqueira

Despedida

1 E no meio dessa confusão alguém partiu sem se despedir; foi triste. Se houvesse uma despedida talvez fosse mais triste, talvez tenha sido melhor assim, uma separação como às vezes acontece em um baile de carnaval — uma pessoa se perde da outra, procura-

5 -a por um instante e depois adere a qualquer cordão. É melhor para os amantes pensar que a última vez que se encontraram se amaram muito — depois apenas aconteceu que não se encontraram mais. Eles não se despediram, a vida é que os despediu, cada um para seu lado — sem glória nem humilhação.

10 Creio que será permitido guardar uma leve tristeza, e também uma lembrança boa; que não será proibido confessar que às vezes se tem saudades; nem será odioso dizer que a separação ao mesmo tempo nos traz um inexplicável sentimento de alívio, e de sossego; e um indefinível remorso; e um recôndito despeito.

15 E que houve momentos perfeitos que passaram, mas não se perderam, porque ficaram em nossa vida; que a lembrança deles nos faz sentir maior a nossa solidão; mas que essa solidão ficou menos infeliz: que importa que uma estrela já esteja morta se ela ainda brilha no fundo de nossa noite e de nosso confuso sonho?

20 Talvez não mereçamos imaginar que haverá outros verões; se eles vierem, nós os receberemos obedientes como as cigarras e as paineiras — com flores e cantos. O inverno — te lembrás — nos maltratou; não havia flores, não havia mar, e fomos sacudidos de um lado para outro como dois bonecos na mão de um titeriteiro

25 inábil.

Ah, talvez valesse a pena dizer que houve um telefonema que não pôde haver; entretanto, é possível que não adiantasse nada. Para que explicações? Esqueçamos as pequenas coisas mortificantes; o silêncio torna tudo menos penoso; lembremos apenas as coisas dou-

30 radas e digamos apenas a pequena palavra: adeus.

A pequena palavra que se alonga como um canto de cigarra perdido numa tarde de domingo.

Rubem Braga. *A Traição das Elegantes*, Editora Sabiá, Rio de Janeiro, 1967.

Com base no texto acima, julgue os itens quanto à compreensão e mecanismos de coesão e coerência.

- 1 No texto, a expressão "uma separação como às vezes acontece em um baile de carnaval" compara o término do relacionamento a um evento festivo, sugerindo que, assim como no carnaval, a despedida foi alegre e cheia de vida.
- 2 No trecho "que importa que uma estrela já esteja morta se ela ainda brilha no fundo de nossa noite e de nosso confuso sonho?", o autor sugere que, mesmo após o fim do relacionamento, as memórias felizes permanecem vivas e iluminam a vida do eu-lírico.

3 A afirmação "Eles não se despediram, a vida é que os despediu, cada um para seu lado — sem glória nem humilhação" indica que a separação foi fruto de um conflito e que, por isso, o afastamento foi inevitável.

4 No trecho "eles não se despediram, a vida é que os despediu, cada um para seu lado — sem glória nem humilhação", a expressão "eles" retoma anaforicamente a ideia de "os amantes" mencionada anteriormente, promovendo coesão ao texto.

5 Na frase "Ah, talvez valesse a pena dizer que houve um telefonema que não pôde haver; entretanto, é possível que não adiantasse nada", o vocábulo destacado é usado para referir-se anaforicamente ao termo "telefonema", promovendo a coesão entre as frases.

Ainda com base no texto de Rubem Braga, julgue os itens como certos ou errados.

6 No trecho "É melhor para os amantes pensar que a última vez que se encontraram se amaram muito — depois apenas aconteceu que não se encontraram mais", o travessão é utilizado para introduzir uma explicação ou desdobramento da ideia apresentada, contribuindo para a fluidez do texto.

7 Na frase "Ah, talvez valesse a pena dizer que houve um telefonema que não pôde haver; entretanto, é possível que não adiantasse nada", o ponto e vírgula separa duas ideias que, embora relacionadas, são independentes e exigem uma pausa menor do que um ponto final.

8 No trecho "É melhor para os amantes pensar que a última vez que se encontraram se amaram muito", o uso do sinal indicativo de crase na expressão "a última vez" estaria correto, embora facultativo, pois o artigo **a** está antes de um substantivo feminino, seguido de um verbo no infinitivo.

9 No trecho "Para que explicações?", a estrutura da frase está na ordem direta, pois em uma ordem inversa seria: "Explicações para que?".

10 No trecho "Esqueçamos as pequenas coisas mortificantes", o pronome poderia ser posicionado antes do verbo, resultando em "Nos esqueçamos das pequenas coisas mortificantes", sem alteração de sentido ou erro gramatical.

11 No trecho "É melhor para os amantes pensar que a última vez que se encontraram se amaram muito", a forma verbal "se encontraram" está correta, pois concorda com o sujeito semântico "os amantes", entretanto o sujeito sintático da oração é o pronome relativo que.

12 O trecho "Esqueçamos as pequenas coisas mortificantes; o silêncio torna tudo menos penoso" poderia ser reescrito, em um nível de formalidade menor, como "Vamos deixar pra lá as coisas ruins; o silêncio ajuda a tornar tudo mais fácil."

- 13 No trecho "O inverno — te lembrás — nos maltratou", a forma verbal "maltratou" está no pretérito imperfeito do subjuntivo, concordando com o sentido de lembrança em uma ação passada e contínua. Se escrevêssemos com o verbo no pretérito mais-que-perfeito do indicativo, teríamos: "maltratava".

Valsinha

Um dia ele chegou tão diferente
Do seu jeito de sempre chegar
Olhou-a de um jeito muito mais quente
Do que sempre costumava olhar
E não maldisse a vida
Tanto quanto era seu jeito de sempre falar
E nem deixou-a só num canto
Pra seu grande espanto convidou-a pra rodar
Então, ela se fez bonita
Como há muito tempo não queria ousar
Com seu vestido decotado
Cheirando a guardado de tanto esperar
Depois o dois deram-se os braços
Como há muito tempo não se usava dar
E cheios de ternura e graça
Foram para a praça e começaram a se abraçar
E ali dançaram tanta dança
Que a vizinhança toda despertou
E foi tanta felicidade
Que toda cidade se iluminou
E foram tantos beijos loucos
Tantos gritos roucos como não se ouvia mais
Que o mundo compreendeu
E o dia amanheceu em paz

Francisco Buarque De Hollanda / Vinicius De Moraes

Considerando apenas o texto Valsinha, julgue os itens a seguir.

- 14 No trecho "*E foram tantos beijos loucos / Tantos gritos roucos como não se ouvia mais,*" o uso das expressões "loucos" e "roucos" revela que o amor do casal expressava um desejo contido, reprimido por muito tempo.
- 15 Nos versos "Que o mundo compreendeu / E o dia amanheceu em paz," o termo "mundo" refere-se literalmente ao planeta, indicando que o casal causou uma transformação global.
- 16 No verso "*E ali dançaram tanta dança,*" a função da linguagem predominante é a função poética, pois o autor utiliza uma construção estética que valoriza a forma e o ritmo das palavras, destacando a beleza da dança.
- 17 No trecho "*Olhou-a de um jeito muito mais quente,*" a função da linguagem predominante é a função referencial, já que o foco está na descrição objetiva da ação de olhar.
- 18 O poema *Valsinha*, de Chico Buarque e Vinicius de Moraes, tem caráter narrativo – descritivo, comprovado pela predileção dos verbos no pretérito perfeito e pelo uso de adjetivos.

- 19 No trecho "*Depois os dois deram-se os braços como há muito tempo não se usava dar*", a oração "como há muito tempo não se usava dar" é uma oração subordinada adverbial, pois indica uma conformidade em relação à ação principal.

Sobre os princípios basilares da Redação Oficial, julgue o item abaixo.

- 20 A redação oficial deve priorizar a formalidade excessiva e o uso de linguagem complexa, pois isso demonstra erudição e respeito ao destinatário. Dessa forma, expressões rebuscadas e estruturas elaboradas são incentivadas para que o texto transmita maior solemnidade e autoridade.

Noções de Direitos Humanos

Thiago Medeiros

De acordo com a Lei n. 8.160/1989, julgue o item a seguir.

- 21 O "Símbolo Internacional de Surdez" pode ser utilizado em adesivos específicos para veículos que possuem um deficiente auditivo como passageiro.

De acordo com a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, julgue os itens abaixo.

- 22 De acordo com a legislação, são direitos da pessoa com transtorno do espectro autista a proteção contra qualquer forma de abuso e o acesso a ações e serviços de saúde, incluindo uma nutrição adequada e terapia nutricional.
- 23 O gestor escolar que recusar a matrícula de aluno com transtorno do espectro autista, ou qualquer outro tipo de deficiência, será punido com multa de 3 (três) a 20 (vinte) salários-mínimos e em caso de reincidência haverá perda do cargo após apuração por processo administrativo onde seja assegurado o contraditório e a ampla defesa.

De acordo com o Estatuto da Pessoa com Deficiência, julgue os itens abaixo.

- 24 Os elementos de urbanização se referem ao conjunto de objetos existentes nas vias e nos espaços públicos, superpostos ou adicionados aos elementos de urbanização ou de edificação, de forma que sua modificação ou seu traslado não provoque alterações substanciais nesses elementos, tais como semáforos, postes de sinalização e similares, terminais e pontos de acesso coletivo às telecomunicações, fontes de água, lixeiras, toldos, marquises, bancos, quiosques e quaisquer outros de natureza análoga.
- 25 A pessoa com deficiência não poderá ser obrigada a se submeter a intervenção clínica ou cirúrgica, a tratamento ou a institucionalização forçada, sendo o consentimento da pessoa com deficiência em situação de curatela suprido conforme a lei, garantindo-se, em qualquer caso, sua participação no maior grau possível para a obtenção do consentimento.

Julgue os itens com base na Resolução n. 401/2021 do CNJ.

- 26** De acordo com a Resolução 401/2021 do CNJ, cada órgão do Poder Judiciário deve garantir que, no mínimo, 2% de seus servidores possuam capacitação básica em Libras.
- 27** Nos concursos do Poder Judiciário, é vedado o estabelecimento de qualquer espécie de cláusula de barreira para os candidatos enquadrados como pessoas com deficiência, bastando o alcance de nota 10% inferior à nota mínima estabelecida para aprovação dos candidatos da ampla concorrência, ou nota 7,0 para os concursos da magistratura, para que sejam admitidos nas fases subsequentes.

Julgue o item abaixo conforme o Decreto n. 5.296/1904 que regulamentou as leis n. 10.048/2000 e n. 10.098/2000.

- 28** Em caso de descumprimento das regras de atendimento prioritário previstas no Decreto n. 5.296/2004, são previstas sanções administrativas e cíveis, mas não há previsão de responsabilização penal para a inobservância das regras estabelecidas.

Julgue o item com base na teoria geral dos direitos humanos.

- 29** São considerados direitos de primeira geração os direitos civis e sociais, cujo ideal é a liberdade.

Julgue o item abaixo sobre a incorporação de tratados internacionais de Direitos Humanos.

- 30** Todos os Tratados Internacionais de Direitos Humanos de que o Brasil é parte possuem hierarquia superior às leis ordinárias.

Ética no Serviço Público

Glauber Soares

- 31** A democracia pressupõe, para além de igualdade eleitoral, as condições necessárias ao pleno exercício de cidadania.
- 32** Ainda que no aspecto formal haja previsibilidade de igualdade, no Brasil, isso não é uma realidade. Desse modo, o pleno exercício da cidadania depende de consciência ética de forma a se priorizar a vocação para coletividade.
- 33** A função pública depende de profissionalismo e, para além disso, objetividade, civilidade, decoro, temperança e temeridade.
- 34** A publicidade de qualquer ato administrativo constitui requisito de eficácia e moralidade, ensejando sua omissão comprometimento ético contra o bem comum, imputável a quem a negar. Entretanto, existem exceções preservadas em processo previamente declarado sigiloso, nos termos da lei. Essas exceções são os casos de segurança nacional, abordagens policiais ou interesse especial do Estado e da Administração Pública.
- 35** A servidora Maria presenciou o servidor João em prática de conduta contrária ao interesse público. De acordo com os preceitos da ética no exercício da função pública, Maria deverá comunicar imediatamente a seus superiores a situação, exigindo as providências cabíveis.

Lei n. 8.429/1992 e suas alterações

Gustavo Scatolino

Com respaldo legal da Lei de Improbidade Administrativa (Lei n. 8.429/1992), julgue o item abaixo em certo ou errado.

- 36** Entre as penas aplicáveis ao servidor que praticar ato ímprobo, estão a perda da função pública, perda dos direitos políticos, perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio entre outras.

Com respaldo legal da Lei de Improbidade Administrativa (Lei n. 8.429/1992), julgue o item abaixo em certo ou errado.

- 37** Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública a ação ou omissão dolosa que viole os deveres de honestidade, de imparcialidade e de legalidade revelar fato ou circunstância de que tem ciência em razão das atribuições e que deva permanecer em segredo, propiciando beneficiamento por informação privilegiada ou colocando em risco a segurança da sociedade e do Estado, estando o agente público sujeito aplicação de multa como uma das sanções.


Informática

Fabrcio Melo

- 38** No Explorador de arquivos do Windows 11, através de um clique com o botão direito do mouse sobre um arquivo de texto, é possível escolher a opção de enviá-lo a uma pasta compactada.
- 39** No acesso a um site que utiliza o protocolo HTTPS, o navegador utilizará criptografia na troca de informações com o servidor.
- 40** Um documento criado no Office 365 ONLINE não poderá ser armazenado no Google Drive por motivos de incompatibilidade desses sistemas SAAS (software como serviço na nuvem).
- 41** Um vírus polimórfico muda a cada infecção, reescrevendo a si mesmo completamente a cada iteração, o que aumenta a dificuldade de detecção. Esses vírus podem mudar seu comportamento, bem como sua aparência.

Tendo como referência a figura precedente, que apresenta parte de uma planilha sendo editada no Microsoft Office Excel 365, julgue o próximo item.

	A	B	C	D
1	100	200	300	
2	50	100		
3	300	400		
4				

- 42** Considerando-se que a célula C1 contenha a fórmula =(A1+B\$1), é correto concluir que, ao se arrastar a alça de preenchimento para baixo até a célula C3, o valor resultante nesta célula será 700.
- 43** No MS-Word 365, através do botão  é possível copiar a formatação de uma palavra ou trecho de um texto para ser aplicado em outra palavra.

- 44 No Power Point 365, ao ocultar um eslaide, através do recurso OCULTAR SLIDE da guia APRESENTAÇÃO DE SLIDES, o eslaide será excluído da apresentação e não poderá ser recuperado.

Normativos Internos do STJ

Mario Elesbão

Consoante as normas insertas no Regimento Interno do STJ, responda às afirmativas a seguir, com certo ou errado:

- 45 Nos casos de afastamento definitivo de ministro, bem como nas ausências temporárias por período maior do que trinta dias, poderá haver a substituição por juizes de Tribunal Regional Federal ou desembargadores de Tribunal de Justiça, esses juizes serão escolhidos pela Corte Especial, mediante votação da maioria absoluta dos seus membros, após a escolha em lista tríplice, caberá ao presidente da República indicar o magistrado a ser convocado.
- 46 Dentre outras finalidades, o agravo interno é uma espécie recursal utilizada para atacar decisão monocrática proferida por ministro do STJ. Tomando como escoreita a afirmativa, pode-se dizer que, embora o presidente não concorra à distribuição de processos, há processos que são decididos por esse ministro, quando isso ocorrer, as suas decisões monocráticas poderão ser objeto de agravo interno a ser relatado pelo próprio presidente do STJ.
- 47 A Constituição Federal (art. 93, XI) estabelece que o tribunal que possua mais de vinte e cinco julgadores, poderá constituir um órgão especial, órgão esse, a ser constituído de no mínimo onze e de no máximo vinte e cinco membros, sendo metade do total provida pelos mais antigos e a outra metade provida por membros eleitos pelo Plenário. Esse órgão exercerá as competências judicantes e administrativas que lhe forem delegadas pelo Tribunal Pleno. Tomando como base o enunciado supracitado, pode-se afirmar que a Corte Especial é o órgão especial do STJ, não obstante sua composição não siga exatamente a diretriz constitucional de se constituir uma metade pelos mais antigos, e a outra metade por membros eleitos, uma vez que é constituída apenas pelos 15 ministros mais antigos da Corte.
- 48 Caracteriza-se a jurisprudência como interpretações que o órgão jurisdicional possui acerca de determinadas questões de direito. A jurisprudência forma-se, portanto, a partir de sucessivas, de reiteradas decisões de um órgão, em um mesmo sentido. Quando essa jurisprudência se sedimenta, é possível que o tribunal venha a editar uma súmula, que por sua vez, caracteriza-se como um enunciado numerado de expressa essa jurisprudência. Tomando a afirmativa supracitada como verdadeira, pode-se dizer que a Comissão de Jurisprudência possui competência para aprovar a edição, revisão ou o cancelamento de súmulas do STJ.

- 49 Caso um processo trate de responsabilidade civil, excetuado os casos de afetação da Corte Especial, será necessariamente julgado na 2ª Seção, ou na 3ª Turma ou 4ª Turma.

- 50 O Assessor de Ministro, bacharel em Direito, nomeado em comissão pelo próprio ministro, poderá ser recrutado do Quadro de Pessoal da Secretaria, ou não, e permanecerá em exercício, enquanto bem servir, a critério do Ministro.

Direito Administrativo

Maria Julia

- 51 A desconcentração envolve a criação de órgãos dentro de uma mesma pessoa jurídica, sem personalidade jurídica própria.
- 52 A responsabilidade civil do Estado é objetiva em operações de segurança pública, e a perícia inconclusiva sobre a origem de disparo fatal não afasta, por si só, essa responsabilidade.
- 53 A imperatividade está presente em todos os atos administrativos, pois todos impõem obrigações aos administrados.
- 54 O portador de visão monocular tem direito de concorrer às vagas destinadas a deficientes em concursos públicos.
- 55 As intimações para atos administrativos devem ser realizadas por meio de publicação oficial sempre que o destinatário tiver domicílio conhecido.
- 56 Se uma pessoa natural realiza o tratamento de dados para fins exclusivamente particulares e não econômicos, a LGPD não se aplica.
- 57 Mesmo na ausência de dolo, é possível responsabilizar o agente público por ato de improbidade, desde que a conduta tenha causado prejuízo ao erário.
- 58 O ciclo de vida da informação inclui desde a coleta até a eliminação dos dados pessoais, e o sigilo deve ser garantido em todas essas etapas.
- 59 A fase de habilitação pode ocorrer antes da apresentação de propostas, se isso estiver previsto no edital e houver justificativa para a mudança.
- 60 A contratação direta por inexigibilidade de licitação é possível para aquisição de medicamentos para tratamento de doenças raras definidas pelo Ministério da Saúde.

Direito Constitucional

Ricardo Blanco

Julgue os itens.

- 61** O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.
- 62** O Conselho Nacional do Ministério Público é um órgão constitucional de perfil estritamente administrativo. Não possui competência de impor aos integrantes do Ministério Público da União e dos estados-membros, que gozam do predicamento constitucional da vitaliciedade (art. 128, § 5º, inciso I, a, CF), a sanção de perda do cargo.
- 63** Segundo o STF, os membros do Ministério Público estão impedidos de exercer advocacia, mesmo em causa própria.
- 64** É direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova que, já documentados em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao exercício do direito de defesa.
- 65** Lei estadual que confere à Defensoria Pública a prerrogativa de requisitar de qualquer autoridade pública e de seus agentes certidões, exames, perícias, vistorias, diligências, processos, documentos, informações, esclarecimentos e demais providências necessárias ao exercício de suas atribuições não é compatível com as funções constitucionais da instituição.
- 66** É constitucional qualquer interpretação que resulte no condicionamento da capacidade postulatória dos membros da Defensoria Pública à inscrição dos Defensores Públicos na Ordem dos Advogados do Brasil.
- 67** Somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a constitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.
- 68** O Procurador-Geral da República deverá ser previamente ouvido nas ações de inconstitucionalidade e em todos os processos de competência do Supremo Tribunal Federal.
- 69** Declarada a inconstitucionalidade por omissão de medida para tornar efetiva norma constitucional, será dada ciência ao Poder competente para a adoção das providências necessárias e, em se tratando de órgão administrativo, para fazê-lo em trinta dias.
- 70** Quando o Supremo Tribunal Federal apreciar a inconstitucionalidade, em tese, de norma legal ou ato normativo, citará, previamente, o Advogado-Geral da União, que defenderá o ato ou texto impugnado.

Direito Civil

Cristiny Rocha

- 71** Conforme disposições do Código Civil sobre direitos reais e a jurisprudência do STJ, pode-se afirmar que a ocupação indevida de bem público configura mera detenção, de natureza precária, insuscetível de retenção ou indenização por acessões e benfeitorias.

Conforme legislação e entendimentos jurisprudenciais, analise a assertiva a seguir indicando se está certa ou errada.

- 72** O direito de propriedade deve ser exercido em consonância com as suas finalidades econômicas e sociais e de modo que sejam preservados, de conformidade com o estabelecido em lei especial, a flora, a fauna, as belezas naturais, o equilíbrio ecológico e o patrimônio histórico e artístico. Todavia não se pode limitar os atos do proprietário ainda que animados pela intenção de prejudicar outrem, pois configuraria violação ao seu próprio direito de dispor da coisa.

Analise a assertiva seguinte e julgue se está certa ou errada.

- 73** Nos termos da orientação do Superior Tribunal de Justiça, reconhece-se a possibilidade de penhora incidente sobre bem de família oferecido por pessoa física como garantia em contrato de mútuo em benefício de pessoa jurídica.

Em relação ao direito das sucessões, conforme disposições do Código Civil, analise a assertiva seguinte.

- 74** Na linha descendente, os filhos sucedem por cabeça e os outros descendentes sucedem somente por estirpe.
- 75** Carlos é casado com Fernanda e possui dois filhos. Após seu óbito, verifica-se, nas disposições testamentárias, que ele dispôs em favor de pessoa não legitimada a suceder, motivo pelo qual tal ato será considerado ineficaz.

- 76** Conforme disposições do CC da jurisprudência, pode-se afirmar que o pagamento realizado ao credor que aparentemente é o legítimo detentor do crédito, denominado credor putativo, será inválido, mesmo que exista boa-fé por parte do devedor.

À luz do Código Civil, analise a assertiva:

- 77** A *exceptio non adimpleti contractus* pode ser aplicada somente nos contratos bilaterais.

À luz do Código Civil analise a assertiva a seguir.

- 78** Em relação ao contrato preliminar, à exceção da forma, pode-se afirmar que se submete a todos os requisitos essenciais do contrato a ser pactuado pelas partes em momento ulterior.

À luz do Código Civil, analise a assertiva seguinte:

- 79** Até noventa dias após publicados os atos relativos à incorporação, fusão ou cisão, o credor anterior, por ela prejudicado, poderá promover judicialmente a anulação deles. Todavia a consignação em pagamento prejudicará a anulação pleiteada.

Conforme disposições do Código Civil e da jurisprudência, analise a assertiva seguinte.

- 80** Em relação aos contratos de seguro regidos pelo Código Civil, pode-se afirmar que a correção monetária sobre a indenização securitária deve incidir a partir do evento configurador do sinistro. Ademais, sobre seguro, mas tratando-se de sistema financeiro de habitação, o STJ entende que o mutuário pode ser compelido a contratar o seguro habitacional obrigatório com a instituição financeira mutuante ou com a seguradora por ela indicada, para fins de afastar riscos que impeçam a moradia.

Direito Processual Civil

Lídia Maragon

- 81** Sobre as teorias da ação, o STJ adota a teoria eclética.
- 82** O juiz ou o relator, considerando a relevância da matéria, a especificidade do tema objeto da demanda ou a repercussão social da controvérsia, poderá, por decisão recorrível por agravo de instrumento, de ofício ou a requerimento das partes ou de quem pretenda manifestar-se, solicitar ou admitir a participação de pessoa natural ou jurídica, órgão ou entidade especializada, com representatividade adequada, no prazo de 15 (quinze) dias de sua intimação.
- 83** A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da publicação do ato no Diário Oficial.
- 84** Cabem embargos de declaração com o objetivo de sanar dúvida.
- 85** O Superior Tribunal de Justiça poderá desconsiderar vício formal de recurso tempestivo ou determinar sua correção, independentemente do seu grau de gravidade.
- 86** É assegurada às partes paridade de tratamento em relação ao exercício de direitos e faculdades processuais, aos meios de defesa, aos ônus, aos deveres e à aplicação de sanções processuais, competindo ao Ministério Público zelar pelo efetivo contraditório.
- 87** Não há previsão no CPC de julgamento do conflito de competência pelo relator.
- 88** A sentença estrangeira de divórcio consensual produz efeitos no Brasil, independentemente de homologação pelo Superior Tribunal de Justiça.
- 89** Na hipótese de interposição conjunta de recurso extraordinário e recurso especial, os autos serão remetidos ao Superior Tribunal de Justiça.

- 90** A interposição de embargos de divergência no Superior Tribunal de Justiça interrompe o prazo para interposição de recurso extraordinário por qualquer das partes.

Direito Penal

Carhla Alves

- 91** Ana saiu às pressas de um almoço de negócios, não percebendo que o manobrista havia lhe entregado o carro errado, posto que o modelo e a cor eram idênticos ao seu. Nessa situação hipotética, a conduta de Ana caracterizou erro de tipo.
- 92** O erro de tipo essencial sempre exclui o dolo, pois retira do sujeito a capacidade de perceber que comete o crime.
- 93** Na desistência voluntária, subentende-se que o sujeito já tenha esgotado todos os meios disponíveis e que, após terminar todos os atos executórios (mas sem consumir o fato), pratica alguma conduta positiva, tendente a evitar a consumação.
- 94** A culpabilidade resulta da soma dos seguintes elementos: imputabilidade, potencial consciência da ilicitude e exigibilidade de conduta diversa. A coação física irresistível e a obediência hierárquica são causas de inexigibilidade de conduta diversa.
- 95** De acordo com a teoria da acessoriedade limitada só existe crime em relação ao partícipe se o autor principal tiver cometido fato típico e antijurídico.
- 96** A conduta de um juiz que vende sentenças pode configurar o crime de corrupção passiva, previsto no art. 317 do Código Penal.
- 97** O crime de corrupção passiva é próprio quanto ao sujeito ativo.
- 98** Se o funcionário público solicita a vantagem, há apenas corrupção passiva, quer o particular concorde em entregar a vantagem, quer se recuse.
- 99** A tortura imprópria é um crime próprio, ou seja, somente pode ser praticado por quem tiver o dever de evitar ou de apurar a ocorrência da prática de qualquer modalidade de tortura descrita na lei.
- 100** De acordo com o STJ, o denominado estelionato judicial é conduta típica na esfera penal.

Direito Processual Penal

Lorena Ocampos

- A respeito das disposições preliminares do Código de Processo Penal, julgue os itens a seguir.
Enunciado para os itens 101 a 103.
- 101** A lei processual penal admite interpretação extensiva, mas é vedada sua aplicação analógica.
- 102** No ordenamento jurídico brasileiro, em regra, a lei processual penal será aplicada de acordo com o princípio do *tempus delicti*.

103 Em regra, o princípio da nacionalidade é utilizado para a aplicação da lei processual penal no espaço.

Sobre inquérito policial, julgue os itens a seguir.

Enunciado para itens 104 a 106.

104 A autoridade policial assegurará, no inquérito, a publicidade inerente aos atos públicos, salvo decisão judicial em sentido contrário.

105 O oferecimento de denúncia em relação a parte dos investigados em inquérito policial implica arquivamento implícito em relação aos não denunciados.

106 A polícia judiciária será exercida pelas autoridades policiais no território de suas respectivas circunscrições e terá por fim a apuração das infrações penais e da sua autoria.

107 Nos casos em que somente se procede mediante queixa, considerar-se-á perempta a ação penal quando, iniciada esta, o querelante deixar de promover o andamento do processo durante 30 dias seguidos.

108 Durante o curso da ação penal, verificou-se que João, apontado como réu na ação penal, estava fora do território da jurisdição do juiz processante. Diante disso, considerando tão somente essas informações apresentadas, João deverá, de acordo com o que estabelece o Código de Processo Penal, ser citado por carta precatória.

109 Carlos foi denunciado pela suposta prática do crime de estupro. Apesar da adoção de todas as providências possíveis para localizá-lo, Carlos não foi encontrado, inexistindo outros meios possíveis que possam auxiliar na localização. Diante da situação narrada e considerando as disposições do Código de Processo Penal, Carlos será citado por edital.

110 O acordo de não persecução penal não se aplica na hipótese de ter sido o agente beneficiado nos 10 anos anteriores ao cometimento da infração, em acordo de não persecução penal, transação penal ou suspensão condicional do processo.

Direito Previdenciário

Fernando Maciel

111 O valor que as entidades religiosas pagam aos ministros de confissão religiosa, independentemente da quantidade do trabalho executado, considera-se remuneração, havendo incidência de contribuição social sobre tais verbas.

112 A filiação de um empregado ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS) ocorre automaticamente a partir do momento em que o trabalhador passa a exercer a atividade remunerada abrangida pela Previdência Social, enquanto a inscrição depende de um ato formal a ser praticado pelo seu empregador, consistindo no cadastramento junto ao sistema previdenciário.

113 O prazo decadencial para o segurado revisar o ato de concessão de benefício previdenciário, buscando aumentar o valor da renda mensal do benefício, é de 5 anos contados, contados do primeiro pagamento do benefício.

114 A compensação financeira previdenciária é devida entre os regimes de previdência (RPPS e RGPS) quando um segurado que contribuiu para ambos os regimes tem seu benefício concedido por um deles, cabendo ao regime responsável pelo pagamento do benefício (regime instituidor) o direito de solicitar a compensação ao regime em que o segurado contribuiu anteriormente (regime de origem)

115 Em matéria de previdência complementar, aplica-se o regime financeiro de repartição simples para os benefícios de pagamento em prestações que sejam programadas e continuadas.

Direito Tributário

Renato Grilo

Considerando as disposições do CTN, da CF e a jurisprudência dos Tribunais Superiores, julgue o item a seguir.

116 As empresas públicas e as sociedades de economia mista delegatárias de serviços públicos essenciais, que não distribuam lucros a acionistas privados nem ofereçam risco ao equilíbrio concorrencial, são beneficiárias da imunidade tributária recíproca prevista no artigo 150, VI, a, da Constituição Federal, desde que não haja a cobrança de tarifa como contraprestação do serviço.

Considerando a Jurisprudência pacificada dos tribunais superiores, julgue o item seguinte.

117 Pertence ao Município, aos Estados e ao Distrito Federal a titularidade das receitas arrecadadas a título de imposto de renda retido na fonte incidente sobre valores pagos por eles, suas autarquias e fundações a pessoas físicas ou jurídicas contratadas para a prestação de bens ou serviços, conforme disposto nos arts. 158, I, e 157, I, da Constituição Federal.

Acerca da iniciativa das leis que versem sobre matérias tributárias, julgue o item seguinte.

118 Na Constituição Federal de 1988, não há reserva de iniciativa para leis de natureza tributária, inclusive para as que concedem renúncia fiscal.

Sobre o instituto da imunidade tributária, à luz do entendimento dos Tribunais Superiores, julgue o item seguinte.

119 Instituição de assistência social, sem fins lucrativos, embora seja alcançada pela imunidade tributária, deverá pagar o imposto devido sobre lotes não edificados que possua (terrenos baldios).

Sobre as imunidades constitucionais, presentes no sistema tributário nacional, julgue o item a seguir.

120 A Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO, empresa pública prestadora de serviço público, faz jus à imunidade recíproca prevista no art. 150, VI, a, da Constituição Federal.

Discursiva

Rafael de Oliveira

“A EC 131 tem origem na PEC 6/2018, apresentada em 2018 pelo então senador Antônio Anastasia (MG), atual ministro do Tribunal de Contas da União (TCU). A proposta foi inspirada no caso da brasileira Claudia Hoerig, que teve a perda da nacionalidade brasileira decretada por ter se naturalizado norte-americana. Conforme observou Anastasia à época, o caso trouxe à discussão o tema da dupla cidadania ou da perda de nacionalidade brasileira, regulado pelo artigo 12 da Constituição.

Em 2019, Claudia foi condenada nos Estados Unidos pelo assassinato do marido, ocorrido em 2007. Refugiada no Brasil, foi extraditada para os Estados Unidos, apesar de a Constituição proibir a extradição do brasileiro nato para responder por crimes no exterior. Isso só foi possível porque o Supremo Tribunal Federal (STF) entendeu que Claudia deixará de ser brasileira, por vontade própria, para tornar-se unicamente cidadã norte-americana, antes da data do assassinato. Essa decisão, no entanto, foi inédita, de acordo com o autor.

Leia mais em:

<https://www.gazetadopovo.com.br/república/congresso-promulga-pec-mantem-cidadania-brasileira-de-quem-obtem-outra-nacionalidade/>

Sobre o tema, responda a as questões abaixo:

- (a) Com a promulgação da PEC 131, o brasileiro que mora fora, que trabalha fora, que tenha sua família fora e que tenha a necessidade de adquirir uma cidadania estrangeira venha a perder a cidadania brasileira, perde a nacionalidade? Justifique.
- (b) Quais são as novas causas de perda da nacionalidade?
- (c) Qual o quórum de aprovação de uma PEC?

RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	



**SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
6º SIMULADO
ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA**

FOLHA DE RESPOSTAS

Item	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
Item	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
Item	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45
Item	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60
Item	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75
Item	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90
Item	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100	101	102	103	104	105
Item	106	107	108	109	110	111	112	113	114	115	116	117	118	119	120

ASSINATURA ILIMITADA 9.0

Valorize seu tempo

e seu dinheiro:

Estude para concursos com a única assinatura capaz de potencializar a sua compreensão do conteúdo e agilizar a sua aprovação. Só a **nova Assinatura Ilimitada 9.0 tem tudo na palma da sua mão**: são mais de 40 mil cursos com videoaulas e PDFs para todas as carreiras, 80 mil horas de audiolivros e 2,7 milhões de questões. E, agora, a Assinatura Ilimitada 9.0 está ainda mais tecnológica, confira:

NUNCA MAIS ESTUDE SÓ, APRENDA COM A MAIA

Além dos nossos mais de 500 professores especialistas, **agora você tem a MAIA**, a assistente educacional inteligente que está sempre pronta para tirar dúvidas, comentar questões e recomendar e comparar os cursos e os concursos alinhados aos seus objetivos.

CRONOGRAMA DE ESTUDOS ATUALIZADO

Edite o seu cronograma de estudos de acordo com a sua rotina: **mescle videoaulas com PDFs**, altere a sequência de conteúdos e selecione a quantidade de cursos que quiser.

ELIMINE EXCESSOS


Com os PDFs sintéticos do Gran, você nunca mais precisará se preocupar em resumir o que estudou. Eles são resumos completos, objetivos e esquematizados, voltados para o estudo otimizado das matérias.

MAIS TECNOLOGIA E USABILIDADE

A nova plataforma de estudos passou por uma remodelação na estrutura do menu. A página de cursos foi atualizada e o material de boas-vindas vai te surpreender ao explicar de maneira ágil como usar a plataforma. **Agora, você pode contar com app para o seu desktop**, implementação do modo noturno e Gran Comunidade na sala de aula.



Contato para vendas:

 (61) 99884-6348 | De segunda a quinta até as 22h e sexta até as 21h.



Quero ser assinante ilimitado agora